

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Se identifica, por favor.

A SRA. CORONEL SARITA - Eu sou a Tenente Coronel Sarita, Presidente da Carpad, vim falar sobre a Carpad. Alguns aqui já conhecem, é uma Comissão designada para a avaliação de recursos administrativos de policiais, de ex-policiais excluídos, recursos de processos findos, processos disciplinares onde, dentro do curso regular desse processo, não existe mais recurso cabível.

Então, é uma Comissão que tem por fundamento a análise de fatos novos nos moldes da lei 5427 que rege o processo administrativo. Então, policiais excluídos que eventualmente tenham fatos novos a apresentar à administração, por exemplo, absolvição por negativa de autoria, inexistência do fato, ou alguma ilegalidade no PAD, eles podem apresentar recursos na administração, independentemente de prazo, porque para esses casos não há prescrição nos moldes da lei do processo administrativo, e esses recursos serão apreciados pela Carpad.

Tratando de números, desde a primeira publicação da Carpad até hoje, a primeira publicação se deu em julho de 2020 até a presente data, nós temos pela Carpad, 40 policiais reintegrados. Deste número, 33 são desde abril do ano passado, desde que a nova Comissão assumiu a frente da análise desses recursos, a Comissão da qual sou Presidente. E por que eu estou falando isso? Porque naturalmente com essas decisões exitosas para ex-policiais, é natural que o número de recursos se multiplique.

Hoje nós temos em tramitação na Carpad em torno de 650 recursos em análise e aguardando análise, e é natural que aqueles que buscam uma resposta da administração estejam ávidos por uma celeridade.

Mas gostaria de aproveitar a oportunidade aqui para deixar claro o seguinte: o objetivo da Comissão... e eu procurei falar isso com várias associações, a quem nós tivemos a oportunidade de conversar e orientar sobre a natureza do recurso, os requisitos para ingresso com esse recurso. Eu procurei explicar o seguinte: o objetivo da Carpd é justamente fazer uma diferença na análise desses pedidos, e não ser mais um recurso para ser indeferido. Então, o que nós buscamos na Carpad? Fazer uma revisão desse processo administrativo. A depender da alegação que estiver no recurso, nós buscamos fazer essa revisão de forma mais cuidadosa possível. Eu sei que existe uma ansiedade para ver o recurso publicado, seja o deferimento ou o indeferimento, mas se for para pensar apenas em número, querer esgotar de forma muito célere a apreciação desses recursos, a gente não vai fazer com a qualidade que se espera e o objetivo que é a eventual reparação de injustiças, reparação de eventuais injustiças, caso sejam detectadas.

Então, esse é o objetivo que a gente não pode perder de vista, não é número, tanto que quando a nossa comissão assumiu, essa nova configuração da comissão assumiu, existia uma orientação de quantitativo semanal para publicar e, assim, nós acabamos com isso, porque não é interesse, eu não posso pensar que eu tenho que publicar 20 recursos por semana, 50 recursos em um mês, enfim. Não, a gente tem que publicar dentro de uma análise cuidadosa com a maior segurança jurídica possível para a administração, e buscando os resultados que se espera, que é justamente a reparação dessas injustiças.

Então, esse tem sido o nosso objetivo. E por ser uma Comissão que está subordinada à Corregedoria, a nossa análise além de ser uma análise jurídica é também uma análise correccional com a realização de pesquisa social.

Nós lemos o recurso, entendam, nós lemos o recurso, não é dizer que leu, nós lemos, nós buscamos. Muitas vezes aquelas decisões que são coladas no recurso, decisões judiciais, nós buscamos no Tribunal de Justiça para verificar idoneidade daquela informação. Enfim, para dar à decisão administrativa toda segurança jurídica para autoridade que está assinando, e a gente tem conseguido neste processo de análise desses recursos, identificar casos, sim, de injustiça.

É lógico que diante desses resultados muitos ex-policiais, alguns que lamentavelmente não fazem jus a uma reintegração, eles também pleiteiam isso. Em alguns casos nós temos recursos que já foram analisados pela Carpad em gestões anteriores e o ex-policial mais uma vez ingressa com recurso quando ele vê uma nova comissão. É natural que isso aconteça, não se trata de um problema, mas é importante colocar que isso tudo vai aumentando o volume da Carpad. Mas acho importante deixar claro aqui que isso não vai fazer com que a Carpad perca de vista a sua finalidade, que é exatamente o cuidado na apreciação desses recursos. Isso nós não podemos perder de vista.

Em matéria de números, somente no ano de 2022, nós temos aqui, 18 recursos deferidos, somente nesse ano, 16 indeferimentos e 44 recursos analisados.

Mas, então, é isso, Senhores, nós temos a análise do ponto de vista da legalidade, apreciação também correccional, a realização de pesquisa social e isso por vezes acarreta, não vou dizer em um atraso, mas é a demora natural no curso dessa apreciação, porque a gente precisa ter paciência, cuidado, mas sempre a celeridade de buscar, dentro dessas revisões, o alcance da finalidade desta comissão, que não é sair publicando, pensando em quantidade. Não. A gente quer qualidade na análise e resultado seja o deferimento ou o indeferimento, mas, sempre com a segurança para a administração e a justiça para aquele que está tendo seu pleito analisado pela administração. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Agradeço as palavras da Sarita e da Valquíria, realmente foi esclarecedor. Depois, deve haver algumas dúvidas que o pessoal queira esclarecer, elas podem voltar aqui.

Vamos lá, Halik veja quem é o próximo aí.

O SR. CLÁUDIO DE BESSA HALIK - Chamo o Tenente Coronel Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Barbosa, só um minutinho, por favor. O deputado Marcelo Dino quer fazer pergunta sobre esse tema inicial dos excluídos. Pode responder até aqui de baixo se quiser, porque ele vai fazer alguns questionamentos.

O SR. MARCELO DINO - Tenente Coronel Sarita, posso fazer uma pergunta à senhora aqui? Qual o efetivo que a senhora tem hoje no Carpad para dar celeridade? Eu e o Deputado Márcio Gualberto estivemos com o Secretário da Casa Civil, o Nicola, onde ele tenta RAS, trazer mais profissionais para dar celeridade a esse processo, porque na realidade hoje, segundo a informação que eu tenho, são aproximadamente 2 mil policiais que estão aí pleiteando o retorno às nossas fileiras. Mas antes disso, eu gostaria de fazer uma pergunta: quantos aqui são excluídos, foram excluídos e estão nessa batilha, nessa guerra aí?

(Fala fora do microfone)

Ok. Deixa eu fazer uma pergunta agora, quantos dos senhores são oficiais?

Não, Deputado Coronel Salema, só um minuto, eu preciso aqui... (Palmas)

Eu iniciei perguntando aqui e por que eu quero fazer essa pergunta? Eu gostaria que a Tenente Coronel Sarita me respondesse, por que eu quero fazer uma explanação sobre isso aqui. Deixa eu fazer aqui, nada melhor do que a gente trazer a transparência e a lisura dentro do processo. Não quero botar fogo, quero deixar bem claro aqui que eu já defendi o Coronel Leandro em frente à tropa, não tenho nenhum problema com relação a oficiais, mas eu quero, sim, igualdade a todos. Isso aí eu não vou abrir mão.

E aí, eu quero falar aqui sobre alguns questionamentos que as pessoas vêm me fazendo. Falam que os oficiais são pelo TJ e eu entendo, agora aqui, só um minuto, segurança... nós temos pagado salários absurdos a muitos coronéis que deveriam ser excluídos. (Palmas) Como, por exemplo, se nós temos que falar de pundonor, vamos falar do Coronel Chavarry, que estuprou uma criança de 2 anos e tem diversas, diversas, incidências contra ele, outros casos, vamos dizer assim.

Nós temos da área de saúde do HCPM, e aí?

(Falas fora do microfone)

E por que que o processo permanece? Nós temos o Coronel Cláudio, que até hoje recebe 40 mil reais por mês; em contrapartida, os policiais que são praças já foram excluídos, e eu quero entender

por que isso vem acontecendo. Por que que isso acontece? Aí vão me dizer, que é "carta patente", reformados, eu recebi um subtenente com 37 anos, 7 anos em casa e foi excluído; outro com 33 anos. Se eu tiver que subir à tribuna e defender um coronel que seja injustiçado, assim o farei, mas também vou subir à tribuna todas as vezes para defender os soldados, os praças, ou seja, do mais moderno ao mais antigo.

Como já falei aqui que já fiz, e não estou jogando para a galera não, não estou jogando para a galera; eu defendo todos, independente de quem seja.

Agora, inadmissível tudo o que acontece. E aí eu tenho dados aqui. Hoje, por exemplo, como a Tenente Coronel Sarita, que faz um excelente trabalho - parabéns à senhora, porque já escutei muitos elogios. Nunca tive a oportunidade de estar com a senhora, mas parabéns pelo trabalho que faz - colocou, sei da sua limitação, mas hoje se tiver negativa de autoria, inexistência de fato, a reintegração se faz mais fácil. Agora quando tem a ausência de provas, aí, hoje, infelizmente, o policial não regressa, é excluído. Mas, nós já temos mudanças em algumas jurisprudências, temos algumas jurisprudências que estão dando decisões favoráveis e a última que foi dada, salvo engano, em 2021.

Temos que analisar. Quero deixar bem claro aqui, nunca vou defender um policial. Eu sou policial, tenho orgulho de ser policial desde vereador subi à tribuna e falei: "Sou policial". O policial que me pede alguma coisa errada eu não faço. Já me pediram diversas vezes e eu falei: "De forma alguma", mas uma coisa é fato, irmão, o que vale para "a", tem que valer para "b" e eu estou aqui para defender todos. Mas, infelizmente quem normalmente é dado como exemplo, infelizmente é o praça. E aí, eu tenho dados aqui, vamos lá.

De 2012 a 2018, Cabos: 433, Sargentos: 402, Soldados: 345, Subtenente: 39, Sargento Reformado: 28, Soldado Reformado: 19, Subtenente Reformado: 15, Cabo reformado: 10, Tenente: 9, Capitães: 5, Majores: 4, Aspirantes: 3, Tenentes reformados: 1, Capitães reformados: 1, Coronel Reformado: 1, Tenente Coronel na ativa, apenas 1. E aí, se arrasta por anos o processo dos oficiais e o praça infelizmente como tem o de Melo que reagiu a um assalto, tomou um tiro, não fizeram isso, não fizeram (não compreendido) e colocaram ele na rua. É inadmissível esse tipo de coisa.

Enquanto eu estiver aqui como vereador, eu defender a nossa Corporação, os bons policiais. Aos maus policiais, nem me procurem, porque não vão ter o meu apoio. Mas, aqueles que sofreram injustiça... porque eu sei o que é injustiça. Tem um Coronel da ativa, o nome dele deve ser Gomes, se ele permanece com o mesmo nome, me lembro que um dia entrando em serviço, me tirou de forma para buscar um som para a festa das primas que todos conhecem, dias depois esse mesmo tenente queria me anotar e me (não compreendido) DRI, na época, hoje DRD, dizendo que eu estava fora do local, mas coberto e alinhado pelo subcomandante da Unidade do 15º Batalhão para que nós estivéssemos atuando e estava trabalhando, e ele tentou me dar um DRD, só que coberto e alinhado.

Coloquei tudo, peguei solicitante, telefone, escrevi, e ele me deu uma advertência covardemente. E são esses, infelizmente, alguns oficiais covardes que fazem, usam dessa forma do poder que têm em mãos para fazer o que querem.

Como eu vi o Coronel reformado Lopes que botava a tropa em forma e perguntava quem ele não prendeu e dizia que era omissão. Não, eu era um bom policial. Eu fui um bom policial, não omissão. Mas, as covardias... e, por isso, hoje graças a Deus, Deus me deu a oportunidade de estar aqui como deputado para poder lutar pelos nossos companheiros e rever todas as covardias.

Como converso com oficiais também que têm várias anotações na época do Coronel Lopes, covardemente. Eu cansei de ver arbitrariedade e, por isso, nós estamos aqui unidos e tem vários, vários deputados aqui que levantam essa bandeira. Nós vamos estar defendendo e por isso eu gostaria de fazer essa pergunta à senhora, por que essa disparidade toda? A senhora pode usar aqui ou lá. Por que essa disparidade toda? Por que se leva tanto tempo para um oficial, anos, se arrastam anos, se arrastam anos para que os oficiais venham a ser excluídos? Porque não tem coisa pior do que o chamado estupro, o estupro é inadmissível.

Mas o senhor pode ter certeza de uma coisa, enquanto o deputado estadual Marcelo Dino, Soldado Ribeiro, estiver aqui nessa tribuna, o senhor pode ter certeza de que meu gabinete está de portas abertas, tanto é que eu recebi diversos policiais ali que foram excluídos, onde botei Dra. Paloma para que estivesse analisando caso a caso de todos os policiais excluídos, bombeiros, e outros segmentos. Deputado Márcio Gualberto, por favor, compõe aqui a mesa com a gente, aqui.

(Início da fala fora do microfone)

O SR. RICHARD ALVES FERREIRA - ... para poder roubar a Polícia, o Estado (não compreendido) Fazenda. Os oficiais aqui são bons oficiais, entendeu? Eu entrei para PM em 1987, 17 de agosto de 1987, hoje em dia sou professor de matemática do fundamental e do ensino médio na Prefeitura de Cabo Frio. Eu fui do Exército, com 18 anos na vila militar, eu morava na Pavuna, fui nascido e criado lá, meu pai foi motorista da Casas Sendas por 30 anos, minha mãe, do lar, eu comecei desde os 10 anos trabalhando, nunca robei. Não bebo, não fumo, não saio à noite.

E o Zairo Lara Filho, que é advogado da Polícia, é oficial da Polícia, eu estou com as provas aqui, o Deputado Subtenente PM Bernardo da Casa aqui, ele está aqui na minha petição, primeira testemunha. Segunda testemunha, Coronel Rabelo. Coronel Rabelo era 2º Tenente em 1982, quando ele chegou com a equipe da PM na Gama Filho. Eu era atleta da Gama Filho, eu fui atleta do Flamengo, eu ajudei a montar a equipe da PM de atletismo, que era a equipe do Batalhão de Choque em 1982, eu tinha 17 anos. Com 17 anos eu já era da equipe B do Exército, da brigada paraquedista, treinado em Gericinó, entendeu? Eu sempre pratiquei esporte desde 4 anos de idade.

Eu estou com as provas todas aqui. Eu dei entrada no Batalhão para o comandante geral, Coronel Henrique, e ele não respondeu ainda. Eu não tenho raiva de oficial. O pai da minha mãe é oficial da Marinha, herói de guerra. Desde os 10 anos eu fui preparado para ser oficial da Marinha, mas deu tudo errado; minha família não tinha estudo, precisei trabalhar.

Então, os policiais que estão aqui, são policiais de verdade, não são bandidos. Procurem ouvir a gente. Vocês têm que ouvir a gente. (Palmas)

O SR. MARCELO DINO - Nosso gabinete, eu tenho certeza que o meu, o do Deputado Ratinho, Deputado...

O SR. RICHARD ALVES FERREIRA - Para finalizar, senhor. Se eu fui afastado da PM em 1989, por que em 2006, o Tenente Coronel Henrique, que era comandante do 25º Batalhão de Cabo Frio, me deu um salário-mínimo para dar aula de Karatê, na colônia de férias em Cabo Frio, no batalhão? Em 2006, me deu um certificado, me deu um salário-mínimo. E eu ensinando as crianças no tatame, que os oficiais colocaram, ficava um capitão, um tenente e um major, fardado e armado. Cada golpe que eu mostrava, eles batiam palma e apertavam minha mão. No dia seguinte, eu cheguei no Batalhão, coloquei o quimono e a faixa preta, os oficiais falaram: professor, entra no ônibus. Me levaram para Cabo Frio, para a rua das Pedras e me colocaram para andar de tirolesa, me deram hambúrguer com batata frita e coca lata. Eu estou entre o amor e o ódio.

Eu amo a Polícia Militar. Eu já salvei muitos policiais de apenhar na rua, de morrer, de perder arma.

O SR. MARCELO DINO - Meu irmão, deixa eu lhe pedir só para interromper porque muitos vão querer usar a palavra.

Mas eu gostaria de fazer mais uma pergunta à Tenente Coronel Sarita. Com relação ao Carpad, como se dá a avaliação? Se é na entrada ou se a senhora, na realidade busca... Porque a gente tem recebido algumas reclamações de processos antigos que não são analisados, e de processos que chegaram gora e são reintegrados. Então é uma coisa que tem que se avaliar, tem que se ver. Por que pessoas que dão entrada posteriormente, os processos são avaliados e os anteriores não?

Outra coisa que eu queria perguntar à senhora, por exemplo: o comandante da unidade dá o parecer favorável para que ele permaneça nas fileiras da Corporação, ele ganha o CD de três a zero, e

posteriormente o comandante, através da até da Corregedoria, exclui. Porque, o que eu acho, o que eu Deputado penso, é que quem assim a exclusão, deveria indenizar quando o policial volta por determinação judicial. Não a população tinha que pagar. Seria o comandante da Polícia Militar que deveria indenizar o policial. Pois eu tenho certeza, que iria se analisar muitos fatos até esgotar todas as possibilidades, até chegar realmente a excluir aqueles realmente que cometeram qualquer tipo de desvio, ou delito. Obrigada.

A SRA. SARITA - O senhor perguntou primeiro... Está sem som aqui. O senhor perguntou primeiro sobre o efetivo da Carpad. Em relação ao efetivo da Carpad, só gostaria de atualizar o seguinte: até a gestão anterior, nós tínhamos uma comissão com três oficiais, cada um em uma unidade distinta, com as suas funções e também acumulando com a comissão. Isso, por óbvio, acabava desfocando atenção necessária para a comissão, para análise desses recursos. Porque teria que o oficial ficar dentro das suas funções mais a Carpad. E hoje, na atual gestão, foi dada uma especial atenção em relação a isso. Porque os oficiais que hoje compõe a Carpad, então somente designados para tal. E somado a isso, foram também destinados três praças para a Carpad, inclusive dois deles são policiais reintegrados, que eu trouxe para trabalhar na Carpad com a gente. Então, com isso a gente já vem conquistando uma dinâmica nesse trabalho. Já houve uma...

(Fala fora do microfone)

Aí que está. Cai naquilo que eu falei anteriormente. Falar de celeridade na análise desses processos é algo bastante complicado. Primeiro porque a gente tem o prazo natural para que ele transcorra, dentro das pesquisas que a gente tem que fazer. Pesquisa tanto nos aspectos de legalidade, quanto também as pesquisas no ponto de vista correccional. Então assim, falar em celeridade, aumentar efetivo... Hoje nós temos os processos... Aí cai naquela outra pergunta, a questão da ordem de entrada e análise desses processos. Muitos que são mais antigos, estão também em análise, só que ainda não tem o desfecho para a publicação. Nós temos isso também.

E nós temos processos mais modernos, alguns que casam o mesmo fato de um antigo que foi analisado. Vou citar um exemplo de um caso do 14º Batalhão, onde à época, mais de sessenta policiais foram submetidos a Conselho. Nós temos os recursos mais antigos e temos mais modernos desse mesmo fato. Se eu analisei o antigo e já tenho uma solução, eu puxo aquele que são mais modernos do mesmo fato, para poder acelerar a publicação desses recursos. Então, fica parecendo que está passando a frente, mas não é. A gente sempre busca a melhor forma de dar celeridade, dentro do possível, nessas publicações.

Agora, a gente tem que pensar também o seguinte: existem os pedidos, muitas vezes de parlamentares, associações, diretamente com o Comandante Geral, pedindo prioridade de análise, através da fundamentação de que há um fato novo, uma absolvição por negativa de autoria. A gente procura também verificar a validade dessa informação e priorizar. Naturalmente acaba acontecendo isso. E isso é previsto, está na 5427. Porque a administração atua de ofício, pelo princípio da autotutela. Ela pode de ofício, ao tomar conhecimento de uma ilegalidade, fazer a sua... É o poder, dever. Pode não. É o poder dever. Então diante do conhecimento de uma ilegalidade, ela tem que atuar. Quando chega ao conhecimento da administração que existe uma situação de injustiça nesses moldes que a gente está tratando aqui, pode perfeitamente isso acontecer. Não se trata de passar a frente, de pular, enfim. Até porque existe sim uma planilha, onde todos esses recursos estão relacionados por ordem de entrada, que a gente procura, em concomitância com esses pedidos de prioridade, tocar essa fila, essa ordem.

Acaba tendo esses casos, como eu estou aqui explicando para os senhores. Porque se eu já analisei uma situação de um recurso de 2019 e aí eu tenho um recurso de 2022 que é exatamente a mesma situação, por que não logo publicar esse outro? Que já vai economizar uma análise e resolver o problema. Para que que eu vou esperar até chegar nele? A mesma situação. Então a gente procura fazer isso para agilizar essas publicações. Esse é o nosso objetivo também. Lembrando dos pedidos que são feitos diretamente para a Administração Pública.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Só um instante. Tem que falar no microfone. Mas se começarem essas interrupções, a gente não vai avançar. Espera só um instante. Vou abrir só para esse senhor e depois a gente vai voltar a pauta aqui.

O SR. RUBENS - A senhora me desculpe, mas eu precisava muito falar com a Senhora.

A SRA. SARITA - Sim, e eu já sei do fato do senhor que também já está sendo analisado.

O SR. RUBENS - (fala longe do microfone). Fica difícil, sabe por quê? Eu tenho família. Foi a maior covardia que fizeram comigo. Não é justo, é um crime forjado fazerem essa covardia comigo. E eu fui absolvido no Conselho. Eu fui absolvido no conselho. Eu peguei o pior capitão que existia no 16º Batalhão, Capitão Parrini. Eu perguntei aos colegas: tem algum oficial que possa me indicar? "Só não pega o Capitão Parrini". E eu perguntei por quê? Ele é durão? Esse que estou precisando. Estou precisando desse homem. Eu fico assim porque eu fui absolvido pelo Conselho. E ser colocado na rua com trinta e sete anos de Polícia? Isso é inadmissível. É o meu direito. Eu estou com minha família passando problema. Tem um sargento ali me dando cesta básica. Colega me ajudando, em uma coisa que eu tenho direito. Pelo amor de Deus!

A SRA. CORONEL SARITA - É o Sr Rubens?

O SR. RUBENS - Sou Rubens.

A SRA. CORONEL SARITA - Eu sei do caso do senhor. Inclusive, o caso do senhor é prioridade hoje com a gente, também está entre as prioridades de análise. Agora, como eu estou falando aqui. Essa análise tem que ser com segurança, e a gente está fazendo. Hoje nós temos em tramitação 647 recursos. Então assim, eu só peço um pouco de paciência para os senhores. Eu sei existe uma ansiedade. Mas a gente...

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Só um minuto, por favor. Olha, eu sei que o seu tema é abrangente aqui, mas se a gente começar a individualizar caso a caso aqui, a Coronel Sarita e qualquer um recebem vocês lá, eu tenho certeza disso. Caso individuais a gente não vai conseguir tratar aqui. Tem muita gente para falar. Se cada um trouxer o seu caso individualmente... pode conversar depois a parte, senhor Rubens? Você já esteve até no meu gabinete também. Ela lhe atende em particular, tenho certeza.

A SRA. CORONEL SARITA - Depois a gente até pode conversar sobre o seu caso, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Coronel Salema) - Deixa só agora o Deputado Márcio Gualberto que está aqui compondo a mesa com a gente. A gente estava numa pauta conjunto agora mais cedo. Fica à vontade agora, Gualberto.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - Aproveitando que a Tenente Coronel Sarita está aqui, cumprimentando os demais, eu tenho algumas perguntas para serem feitas. O Secretário Mariano Beltrame inaugurou, aqui no estado do Rio de Janeiro, a Indústria da Exclusão, né? (Palmas) Evidentemente que ninguém aqui deseja que policiais que realmente, comprovadamente, cometeram crimes e alguns com requintes até de crueldade, que eles retornem. Ninguém aqui está querendo que miliciano volte para a Corporação, é preciso deixar isso muito claro. Mas o que nós queremos é que as injustiças sejam desfeitas. O Secretário Beltrame investigou todo mundo, só esqueceu de investigar o Sérgio Cabral que estava do lado dele roubando o estado e matando milhões de pessoas aqui. (Palmas)

Feitas essas considerações iniciais, eu gostaria de perguntar para a Tenente Coronel Sarita, por que aparentemente existe uma celeridade para se excluir os policiais, e quando se constata que houve uma injustiça, que houve uma ilegalidade, não há a mesma celeridade para reincorporá-lo? Então a primeira pergunta.

A SRA. VALQUÍRIA - Eu posso explicar aqui, porque na verdade são dois caminhos diferentes. O oficial ele é submetido a um CJ, regido pela lei 427 de 1981. Então, no caso do oficial...

(Fala fora do microfone)